

Investimento pesado ainda demorá

Empresas exploram as oportunidades abertas pela ampliação do mercado pós-Real

por André Vieira
de São Paulo

Diretores de consultorias internacionais e empresários estrangeiros são unâmines em afirmar que a estabilidade monetária abriu novas oportunidades para os investidores no Brasil. Contudo, eles argumentam que o processo de privatização e concessões públicas, capaz de atrair investimentos pesados para reformar a infra-estrutura, ainda levará algum tempo para deslanchar.

Por enquanto, as empresas estão se beneficiando dos resultados dos investimentos feitos para atender a uma parcela da população excluída do mercado consumidor nos últimos anos.

“Há um mercado imenso a se atacar”, afirma o presidente da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha e da Degussa, Werner Karl Ross. “O sinal é de claro crescimento em segmentos como alimentação, eletrodomésticos e indústria automobilística.”

Levantamento realizado pela Câmara mostra que as empre-

sas alemãs deverão investir de US\$ 5 bilhões a US\$ 7 bilhões nos próximos cinco anos. Segundo a pesquisa, 78% dos consultados responderam que pretendem elevar os investimentos já em 1996. Esse número inclui não só os investimentos a serem realizados pela indústria alemã de bens de capital – o setor mais forte –, mas também em segmentos de bens de consumo como o eletroeletrônico.

Como a propensão à poupança no Brasil é baixa, devido aos reduzidos padrões de consumo da população, o consultor na área de corporações da Coopers & Lybrand, Dan Lavasek, entende que ainda há muito espaço para avançar nesses segmentos.

“A renda per capita brasileira vai demorar muito para chegar em níveis semelhantes aos do Primeiro Mundo.”

Mas junto com a estabilidade, os consultores vêem outro fator positivo: a eliminação do dispositivo constitucional que discriminava a empresa estrangeira da nacional e o fim do

monopólio em setores importantes como petróleo e telecomunicações. Eles dizem que isso fez com que o investidor externo desse mais atenção ao potencial brasileiro.

“Gasto de uma a duas horas por dia com investidores estrangeiros interessados no Brasil”, conta Rubens Branco, sócio-diretor da Arthur Andersen. Embora ainda dependam de regulamentação, esses setores são catalisadores de volumes enormes de recursos e, em alguns casos, de retorno rápido ao investidor. “O risco de investir, por exemplo, em telefonia celular em São Paulo é praticamente zero”, afirma Lavasek, diretor da Coopers, ao lembrar da demanda reprimida por linhas de telefonia móvel, estimada em mais de 1 milhão de unidades, só em São Paulo.

No entanto, há críticas sobre o processo de privatização e concessão pública. “Por enquanto, só há retórica”, diz Jacy Mendonça, do Instituto Liberal, que acha que o anda-

mento da privatização está a passos lentos. Para ele, o ideal seria o governo acelerar o programa a fim de atrair investidores com o objetivo de ajustar o Estado brasileiro.

“É um processo lento, mas pelo menos ele está aí”, diz o sócio-diretor da Price Waterhouse, Richard Conolly, responsável pela coordenação dos investimentos de empresas estrangeiras no País. “Não temos mudança de direção, mas apenas uma mudança da velocidade do processo, ora mais rápido, ora mais devagar”, diz.

Ele acha natural a ansiedade dos investidores para que o processo tomasse mais velocidade, com o objetivo de que o retorno dos investimentos em áreas pouco ou mal exploradas no País fosse maior. No entanto, entende a cautela – e demora – do governo em baixar as regulamentações a fim de se definir regras claras para os programas. “A privatização na Inglaterra está em seu décimo sexto ano”, lembra.